

Vigilância Sufocante: A vigilância e controle dos palestinos por Israel durante a Era do Governo Militar¹

Stifling Surveillance: Israel's Surveillance and Control of the Palestinians during the Military Government Era

Vigilancia sofocante: vigilancia y control israelí de los palestinos durante el gobierno militar

Ahmad H. Sa'di²

Tradução e revisão:

Gabriela Spinola Silva³

Rafaela da Costa Vechiato⁴

Muna Muhammad Odeh⁵

Resumo: Israel sempre quis expulsar os palestinos de seu território com o fito de estabelecer um Estado judaico. Porém, comunidades palestinas resistiram e permaneceram, mesmo sob o controle do governo militar israelense e uma vasta gama de métodos de vigilância, isto é, diversos planos para controlar e monitorar os palestinos foram elaborados, sendo a divisão dos palestinos de acordo com vários princípios de organização um dos principais métodos para se alcançar este fim. Observa-se, portanto, que este sistema possibilitou a objetificação dos palestinos, sendo aprimorada pelo fluxo contínuo e extensivo de informações. O propósito de Israel, então, nunca se alterou: a quebra da solidariedade entre os palestinos e sua incorporação às margens da política e da economia israelense como coletividades subordinadas desprovidas de identidade, visão, vontade ou qualquer capacidade de resistência são ferramentas que auxiliam a expulsão dos palestinos.

Palavras-chave: vigilância; controle; Israel; governo militar israelense; palestinos.

Abstract: Israel has always wanted to expel Palestinians from its territory in order to establish a Jewish state. However, Palestinian communities resisted and remained, even under the control of the Israeli military government and a wide range of surveillance methods, that is, several plans to control and monitor the Palestinians were drawn up, with the division of the Palestinians according to various principles of organization one of the main methods to achieve this end. It is observed, therefore, that this system enabled the objectification of the Palestinians, being improved by the continuous and extensive flow of information. Israel's purpose, then, has never changed: the breakdown of solidarity

¹ Artigo originalmente publicado em inglês na *Jerusalem Quarterly*, n. 68 (2016): 36-55

² Professor Associado no Departamento de Políticas e Governo da Universidade Ben-Gurion do Neguev.

³ Doutoranda em Estudos Literários pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Literários (PPLET) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia-MG, Brasil.

⁴ Mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). RS, Brasil.

⁵ Professora Associada da Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil.

among the Palestinians and its incorporation on the margins of Israeli politics and economy as subordinate collectivities lacking identity, vision, will or any capacity for resilience are tools that aid expulsion of the Palestinians.

Key Words: surveillance; control; Israel; Israeli military government; Palestinians.

Resumen: Israel siempre ha deseado expulsar a los palestinos de su territorio para establecer un estado judío. Sin embargo, las comunidades palestinas resistieron y permanecieron, incluso bajo el control del gobierno militar israelí y una amplia gama de métodos de vigilancia, es decir, se elaboraron varios planes para controlar y monitorear a los palestinos, con la división de los palestinos según varios principios. de organización uno de los principales métodos para lograr este fin. Se observa, por tanto, que este sistema permitió la objetivación de los palestinos, siendo mejorada por el flujo continuo y extenso de información. El propósito de Israel, entonces, nunca ha cambiado: la ruptura de la solidaridad entre los palestinos y su incorporación al margen de la política y la economía israelíes, ya que colectividades subordinadas que carecen de identidad, visión, voluntad o capacidad de resistencia son herramientas que ayudan a la expulsión de los palestinos.

Palabras Clave: vigilancia; control; Israel; Gobierno militar israelí; Palestinos.

Israel nunca quis controlar os palestinos: seu objetivo sempre foi o de expulsá-los. Contudo, durante o Mandato Britânico, organizações sionistas estabeleceram vigilância com o intuito de averiguar e monitorar diversos aspectos da sociedade palestina, como parte de suas tentativas de desorganizá-la. Foram observados os aspectos demográficos, religiosos e tribais dos palestinos, assim como suas hamulas (grande núcleo familiar, ou clã), sua distribuição especial, seus comportamentos políticos e suas habilidades militares. Também foram averiguados os recursos, os territórios e as fontes de água principais dos palestinos. Tais atividades de vigilância foram parte de um esforço abrangente para estabelecer um Estado judaico contra a vontade da população indígena árabe.

Ainda assim, quando a Guerra de 1948 acabou, líderes israelenses descobriram que, contrariando suas expectativas, uma quantidade considerável de comunidades palestinas, principalmente na região da Galileia, escapou da limpeza étnica promovida pelas forças judaicas. Consequentemente, a incompletude da expulsão dos palestinos se tornou objeto de muita especulação e distorção.⁶ Porém,

⁶ Por exemplo, segundo o historiador israelense Benny Morris, isto prova que a expulsão dos palestinos nasceu da guerra e não do planejamento deliberado. Ver: Benny Morris, *The Birth of the Palestinian Refugee Problem Revisited* (Cambridge: Cambridge University Press, 2004). Enquanto isso, colaboradores da Palestina e comunistas declaravam que vários palestinos permaneceram no território porque as comunidades judaicas insistiram para que eles ficassem. Ver, por exemplo: Hillel Cohen, *Good Arabs: The Israeli Security Services and the Israeli Arabs, 1948–1967* (Berkeley: University of California Press, 2010) 16–18. Ainda que o argumento de Morris tenha sido amplamente debatido – ver, por exemplo, Nur Masalha, “A Critique of Benny Morris,” *Journal of Palestine Studies* 21, no. 1 (1991): 90–97; Norman Finkelstein, “Myths, Old and New,” *Journal of Palestine Studies* 21, no. 1 (1991): 66–89; Ilan Pappé, *The Ethnic Cleansing of Palestine* (Oxford: Oneworld, 2006) – a alegação que estes palestinos fazem é preocupante: elas pressupõem que os refugiados palestinos tinham alguma escolha quanto a ficar no território ou ir embora, falsificando os fatos que rondavam o êxodo dos palestinos, incluindo massacres, expulsões forçadas, bombardeamentos indiscriminados, e a destruição de vilas e vizinhanças. Além disso, muitos comunistas palestinos – (incluindo líderes como Emile Habibi e Emile Tuma)

discussões internas entre líderes israelenses indicam que a presença contínua destes palestinos em Israel não foi intencional, nem desejada.⁷ Ainda que um sistema de controle político baseado nas Regulações de Defesa do Reino Unido tenha sido imposto aos palestinos; assim como se estabeleceu, durante a guerra, um governo militar e uma vasta gama de métodos de vigilância, o objetivo principal de Israel continuou o mesmo: o de expulsar os palestinos.⁸

Ainda que a expulsão tenha permanecido como o objetivo preferencial de Israel – e, durante os anos 1950 e 1960⁹, foram postos em prática vários esquemas a fim de atingir tal objetivo – já em

e colaboradores deixaram o país durante a guerra e conseguiram permissão para voltarem depois. Ver :Political Committee – Bureau [of Mapai], “Protocol of the Meeting,” 19 January 1950, 7, in Labor Party Archive, Beit Berl, Israel [doravante LPA], Files 2-025-1950-13.

⁷ Em um encontro do secretariado do Mapai com os membros do partido pertencentes à Knesset em 18 de junho de 1950, Moshe Dayan, um proeminente comandante da guerra de 1948 e futuro ministro-chefe da Casa Civil e ministro da defesa, declarou que os palestinos ficaram na Galiléia por causa da natureza da operação militar de Israel na região. Segundo Dayan, esta operação assumiu a forma de um movimento de pinça duplo, o que culminou em muitas vilas palestinas de repente se vendo em território controlado por Israel. Moshe Sharett, ministro do exterior e arquiteto-chefe das políticas de vigilância e controle de Israel em seus estágios iniciais, enfatizou que uma rota diferente, que resultaria na expulsão de todos os palestinos da Galiléia, não era possível: “Este processo ocorreu em estágios, e as circunstâncias em torno do êxodo ou desenraizamento árabe em seus estágios iniciais não eram as mesmas circunstâncias dos estágios finais. Há dois fatos: por um lado, a Galileia foi a última área a ser conquistada e, por outro lado, ela tem a maior concentração de árabes que permaneceram. A coexistência destes fatos não é acidental, e sim, uma situação de causa e efeito. *Não devemos nos enganar ao presumir que poderíamos ter lidado com essa questão de qualquer outra forma. Quando confrontamos vilas fortes com raízes profundas que se recusaram a se mover, não poupamos esforços militares, força moral ou valor diplomático* ao buscar a remoção deles (ênfase do autor). Quanto à população palestina na área do Triângulo, a área foi transferida do domínio da Jordânia para o de Israel sob o armistício israelo-árabe de 1949, com a decisão de que não seria expulsa nem prejudicada. Em outras palavras, como disse Dayan: “as fronteiras foram demarcadas de maneira técnica. Se tivessem sido demarcadas de forma diferente, teriam se tornado partes de um Estado inimigo.” Além disso, alguns beduínos permaneceram no deserto de Neguev, e outros palestinos ficaram em algumas vilas e distritos como al-Majdal (cujos moradores palestinos foram expulsos para a Faixa de Gaza em 1951). Outras vilas das quais os palestinos não foram expulsos eram aquelas majoritariamente habitadas pelos drusos, assim como as vilas habitadas pelos circassianos. The Secretariat’s Meeting with [Mapai] MKs [hereafter Secretariat’s Meeting], “Protocol of the Meeting,” 18 June 1950, 1/4, in LPA, Files: Gimel-3; C/3.

⁸ Por exemplo, Moshe Sharett previu, em 18 de junho de 1950, que uma minoria palestina, concentrada nas regiões mencionadas anteriormente, continuariam a existir por algum tempo. Contudo, ele concebeu a existência dessas minorias como algo temporário, dizendo que “*o Estado de Israel, por um golpe do destino, incluirá, por um período, uma minoria árabe numericamente considerável. Não sei qual será o tamanho deste período, nem quais mudanças há de se esperar no turbulento futuro.* Contudo, até a próxima revolta, [...] continuaremos tendo, entre nós, uma considerável minoria árabe.” Secretariat’s Meeting, “Protocol of the Meeting,” 18 June 1950, 2–3/2.

⁹ A Operação Yohanan (1950-1953), que foi supervisionada por Sharett, incluiu as transferências de cristãos da Galileia para o Brasil e a Argentina. O plano de 1964 de Ariel Sharon envolvia travar uma guerra contra a Síria, durante a qual 300 mil palestinos da Galileia seriam transferidos. O Plano *Hafarferet* (infiltrado), um projeto de expulsão dos habitantes palestinos do Triângulo para a Cisjordânia, foi erroneamente executado na vila de Kafr Qasim na véspera da Guerra do Sinai, e resultou em um massacre horrendo em 20 de outubro de 1956, no qual soldados israelenses mataram 49 camponeses inocentes da vila de Kafr Qasim que estavam voltando para casa, sem saberem que um toque de recolher havia sido estabelecido. Aparentemente, o comandante presumiu (incorretamente) que Israel iria atacar a Jordânia e, nesse caso, havia um plano para expulsar os palestinos da área do Triângulo para a Jordânia. Todos os assassinos ou foram absolvidos pela corte, ou foram perdoados pouco depois do encarceramento. Sobre esses planos, ver: Nur Masalha, *An Israeli Plan to Transfer Galilee’s Christians to South America: Yosef Weitz and “Operation Yohanan,” 1949–53* (University of Durham, Centre for Middle Eastern and Islamic Studies, Occasional Paper No. 55, 1996); Yossi Melman and Daniel Raviv, “A Final Solution to the Palestinian Problem?” *Guardian Weekly*, 21 February 1988, 19; Ruvik Rosenthal, “Mi

1951, os líderes israelenses começaram a perceber que os palestinos talvez permaneceriam no território por mais tempo do que o esperado. Além disso, várias leis essenciais que normalizariam o estado cívico dos palestinos, como as leis de nacionalidade, não poderiam mais ser adiadas. Portanto, foram empreendidas discussões minuciosas (conhecidas como *Birour*, ou clarificação) sobre como governar os palestinos, das quais participaram diversos políticos israelenses, vários arabistas, e oficiais de alta patente da inteligência e do exército. A lista de participantes destes encontros é impressionante e inclui figuras como Ben-Gurion, Yitzhak Ben-Zvi (arabista e segundo presidente de Israel), Moshe Dayan, Moshe Sharett, Yigal Alon, Shimon Peres, Abba Eban, Isser Harel (chefe da Agência de Segurança de Israel e do Mossad após a guerra), e Mishael Shechter (um militar de alta patente que, por um período, comandou o governo militar); além de Yehoshua (Josh) Palmon, Ziyama Divon, Shmuel Toledano (três conselheiros do primeiro ministro para questões árabes), Abba Hushi, Reuven Barkat, e Amnon Linn (três líderes arabistas).

Vários destes participantes governaram os palestinos pelas duas décadas seguintes. Contudo, é importante ressaltar que estas discussões geraram uma retórica que definiu a linguagem, a mentalidade e os conceitos através dos quais os palestinos seriam vistos e governados até os anos 1990 e, em alguns aspectos, até hoje. Tal retórica inclui a percepção dos palestinos como uma ameaça demográfica que demanda um gerenciamento biopolítico constante; a noção de que devem ser esmiuçados em grupos identitários cada vez menores, e o reforço de identidades emergentes através da educação e da propaganda; a necessidade de romper a continuidade espacial das áreas habitadas pelos palestinos; o impedimento de que os palestinos pudessem formar instituições autônomas, enquanto reforçam a dependência deles das instituições estatais; a separação institucional dos palestinos e judeus; e o esvaziamento dos direitos políticos formais dos palestinos através da enganação e da formação de uma elite de intermediários de negócios nativos.

Da Transferência à Vigilância e ao Controle Político

Ainda que os responsáveis por governar os palestinos já houvessem se acostumado, em 1952, com a ideia de que uma minoria palestina continuaria habitando Israel pelos anos seguintes, os princípios de vigilância, gerenciamento de população e controle político mencionados anteriormente somente foram formalizados em 1958, uma década após o estabelecimento do Estado de Israel e dois anos após o massacre de Kafr Qasim, que representou um momento de crise na narrativa oficial de

harag et Fatma Sarsur: ha-reka', ha-meni'im ve-hishtalshelut ha-'inyanim be-farashat tevah Kefar Kassem" [Who Killed Fatima Sarsur? The Background, Motivations, and Unfolding of the Kafr Qasim Massacre], in *Kefar Kassem: eru'im u-mitos* [Kafr Qasim: History and Myth], ed. Ruvik Rosenthal (Tel Aviv: HaKibbutz HaMe'uhad, 2000).

Israel, pois expôs a agenda secreta do Estado. O plano de 1958 foi elaborado por veteranos representantes das várias instituições que governavam os palestinos: O departamento árabe da Histadrut, a Agência de Segurança de Israel (*Sherut Bitachon Klali*, ou Shin Bet), o gabinete do conselheiro de assuntos árabes do primeiro-ministro, o exército israelense, e o departamento árabe do Mapai. Os autores do plano delimitaram três pressuposições sobre as quais o plano foi premeditado. Primeiramente, ainda que a expulsão durante a guerra não devesse ser descartada, a transferência de palestinos em circunstâncias normais não era possível.¹⁰ Segundamente, a integração dos palestinos à sociedade e vida política israelense como cidadãos iguais não era possível; somente a sua incorporação parcial poderia ser cogitada. Em terceiro lugar, as considerações em relação à segurança deveriam sempre ser prioritárias. O plano em si é longo e detalhado, mas irei resumir seus pontos principais abaixo:

1) Controle político. Este objetivo seria alcançado ao impedir os palestinos de estabelecerem qualquer grupo político autônomo capaz de articular seus pontos de vista e suas preocupações. Enquanto isso, o Estado mobilizaria grupos de colaboradores para inibir quaisquer atos separatistas que os palestinos pudessem empreender - em particular, qualquer esforço para reconhecer a Galiléia como parte do Estado Palestino, de acordo com o plano de partilha de 1947. Além disso, estes colaboradores seriam usados para apresentar quaisquer lutas políticas que os palestinos pudessem travar contra o Estado como uma disputa interna entre moderados e radicais palestinos. Eles também espiariam dentro de suas comunidades e informariam os grupos oficiais responsáveis.

2) Segmentação dos palestinos. Esse objetivo constitui-se em dois processos: a guetificação espacial dos palestinos ao dividir a continuidade territorial das áreas habitadas pelos árabes, e a balcânização da minoria palestina. A primeira parte seria alcançada ao implantar “sérias lacunas judaicas” em regiões habitadas por palestinos; e a segunda seria através da nutrição de interesses particulares em cada componente “étnico” da população palestina, através de favoritismo e outros meios.¹¹

3) Dependência econômica. Este objetivo deveria ser alcançado tanto em um nível individual quanto em um nível coletivo. A nível pessoal, os palestinos deveriam ser diretamente conectados ao Estado através de interesses pessoais. Aqueles que se beneficiassem de trocas econômicas com instituições oficiais (tais como o setor público, repartições de Estado, empreendimentos da Histadrut,

¹⁰ Arab Affairs Committee [hereafter AAC], 30 January 1958, “Protocol of the Meeting,” 2–3, in LPA, Files 7/32.

¹¹ AAC, “Protocol of the Meeting,” 30 January 1958, 4

dentre outros) precisavam se identificar com o Estado.¹² Enquanto isso, os palestinos deveriam ser incorporados à periferia da economia israelense e aos degraus mais baixos do mercado de trabalho através de empregos em empreendimentos do Estado e da Histadrut. Contudo, esta incorporação somente seria possível se dar emprego aos palestinos significasse maior lucro para as empresas judaicas.¹³

4) Provisão de serviços e mudanças administrativas a nível local. A provisão de serviços para localidades palestinas, incluindo água corrente, estradas pavimentadas, e saúde pública – chamada de “modernização” por acadêmicos e políticos israelenses – representa uma ferramenta essencial de desenvolvimento. Contudo, por trás desta política supostamente positiva, havia intenções sinistras. Reuven Barakat – um arabista, líder da Histadrut, membro do Mapai, e autor principal do plano – revelou a lógica (panóptica) oculta por trás dessa política, dizendo:

A eletrificação dos vilarejos árabes tem um imenso valor não apenas em termos econômicos e culturais, mas também no que concerne à segurança. Quando você passa pela rua Wadi ‘Ara (que cruza a área do Triângulo, habitada por palestinos) à noite, você vê uma escuridão hostil... Se iluminarmos essa escuridão, nós os tiramos da escuridão e os colocamos sob nossa supervisão. O mesmo vale para as ruas e transportes.¹⁴

Além disso, oferecer estes serviços através de instituições oficiais ou semi oficiais israelenses aumentaria a dependência dos palestinos em relação ao Estado.¹⁵

Enquanto isso, as mudanças administrativas implicavam na democratização das políticas locais palestinas, ao estabelecer conselhos locais através da eleição. Contudo, neste âmbito, assim como foi na introdução de serviços modernos, o objetivo principal se tratava do controle e monitoramento dos palestinos. Políticas democráticas constituíam um campo ideal através do qual os arabistas arquitetariam as relações sociais dos palestinos a um nível local ao fomentar conflitos entre *hamulas* rivais, por exemplo, ou ao dar benefícios para “árabes positivos.” Um documento sigiloso de 1959 declara:

A política do governo [...] buscou dividir a população árabe entre comunidades e regiões diversas [...]. O status municipal das vilas árabes e o espírito competitivo das eleições locais aprofundou as divisões internas de cada vila.¹⁶

¹² AAC, “Protocol of the Meeting,” 30 January 1958, 4

¹³ AAC, “Protocol of the Meeting,” 30 January 1958, 6–7.

¹⁴ AAC, “Protocol of the Meeting,” 30 January 1958, 9.

¹⁵ AAC, “Protocol of the Meeting,” 30 January 1958, 35

¹⁶ Citado em Tom Segev, 1949: The First Israelis (New York: Owl, 1998), 65.

5) Implementação da ordem hegemônica. Vários fóruns e publicações foram estabelecidos para induzir o que Fanon chamou de “mistificações” entre os palestinos.¹⁷ Tais mistificações incluíam um jornal árabe de publicação diária; clubes para trabalhadores, fazendeiros e jovens, comandados pelo Departamento Árabe da Histadrut; e a inauguração de um departamento da Hasbará.¹⁸ Dispensou-se uma atenção especial para a “intelligentsia”, que era considerada a mais potente força sociopolítica entre os palestinos. O desemprego poderia levar alguns dos palestinos a formentarem rebeliões - ou a, pelo menos, desafiar a narrativa oficial. Contudo, estes indivíduos também poderiam ser usados para espalharem a Hasbará dentre suas comunidades e no exterior. Portanto, a fim de cumprir este propósito, sugeriu-se que eles fossem alocados para trabalhar em posições de baixo escalão em consulados e embaixadas israelenses. Uma proposta ainda mais sinistra foi encorajar que palestinos com educação formal trabalhassem na indústria do entretenimento, a fim de divergir as atenções de seu povo da realidade crua que viviam. De fato, um político veterano que participou das discussões do plano salientou a necessidade “de se estabelecer bandas musicais e grupos de entretenimento, para dar expressão aos sentimentos deles no âmbito cultural. Esta [recreação] também é uma área de emprego possível para estudantes universitários e jovens com ensino médio completo. O dizer romano do ‘pão e circo’ não está errado.”¹⁹

Além disso, os autores do plano aconselharam a manipulação das dinâmicas de classe da sociedade palestina através da educação. A educação deveria ser usada para cooptar palestinos vindos de um ambiente felá, e não da classe média decadente. A racionalização por trás disso era a de que literatos de origem de classe média carregariam e articulariam os agravantes de sua classe social, que assumiu um papel de liderança nacionalista durante o Mandato Britânico - um legado que a *intelligentsia* rural não tinha.

Vigilância, Controle Político e “Ocupação Esclarecida”

O governo militar que comandava formalmente os aspectos do dia a dia dos palestinos foi encerrado em 1966. Contudo, as Regulações de Defesa, que constituíam a infraestrutura legal para intrusiva e sistematicamente supervisionar e controlar os palestinos, nunca foram revogadas. As funções que o governo militar desempenhava até aquele momento foram transferidas para a polícia e a Shin Bet.

¹⁷ Frantz Fanon, *The Wretched of the Earth* (Nova Iorque: Penguin, 1961).

¹⁸ Em hebraico, “hasbara” significa “explicação.” Contudo, seu real significado é o fornecimento de informações enviadas ou específicas a fim de atingir um objetivo específico - ou seja, propaganda.

¹⁹ AAC, “Protocol of the Meeting,” 30 January 1958, 19, in LPA, Files 7/32.

Porém, os arabistas tiveram que repensar suas propostas e seus planos em alguns meses após o encerramento do governo militar. Após a Guerra dos Seis Dias de 1967, Israel buscou implementar aquilo que seus líderes chamavam de “política (esclarecida) liberal” para os palestinos residentes nos territórios recém-conquistados. Portanto, os arabistas tiveram que lidar com a seguinte questão: como Israel poderia buscar uma política mais liberal para os palestinos, que não eram cidadãos, do que para os cidadãos israelenses? Para lidar com este dilema, Shmuel Toledano, conselheiro de assuntos árabes do primeiro-ministro, convocou arabistas, ministros e membros da Knesset envolvidos em assuntos árabes para uma “reunião secreta” em 20 de junho de 1968. Toledano delimitou de forma clara e sucinta os princípios das políticas israelenses em relação à minoria palestina, que podem ser lidos a seguir:

a) Quanto às organizações árabes – decidimos:

- 1) Prevenir o estabelecimento de partidos políticos árabes independentes, ou organizações árabes nacionais;
- 2) Prevenir o estabelecimento de organizações islâmicas nacionais, com base religiosa ou nacionalista, e impedir rituais islâmicos (populares);
- 3) Prevenir o estabelecimento de organizações municipais árabes para além do nível local;
- 4) Prevenir o estabelecimento de grandes empreendimentos econômicos árabes – um banco independente, sindicatos trabalhistas árabes, e câmaras de comércio – enquanto nos esforçamos para preservar a dependência econômica que os árabes têm do setor judeu;
- 5) Prevenir o estabelecimento de instituições sociais independentes e clubes esportivos. Em vez disso, encorajamos a integração dos árabes em espaços israelenses já existentes.

b) Quanto à recompensa e punição, agimos conforme as seguintes diretrizes:

- 1) Premiar certos vilarejos e seitas religiosas com tratamento preferencial no tangente ao desenvolvimento socioeconômico;
- 2) Dar benefícios extras para colaboradores e protegê-los de elementos negativos;
- 3) Cultivar líderes em vários níveis – membros da Knesset e chefes de autoridades locais – ao canalizar estes benefícios extras através deles.

c) Quanto à demografia, agimos conforme as seguintes diretrizes:

- 1) A inculcação da noção de planejamento familiar dentre árabes israelenses;

- 2) A disponibilização de assistência direta e indireta para aqueles que desejarem migrar;
 - 3) A iniciação de várias medidas para a liberação das mulheres, particularmente através da elevação de seus parâmetros educacionais e, de forma geral, de suas vidas familiares. Chegamos à conclusão de que o aumento da qualificação acadêmica da mulher causa um declínio em sua fertilidade. Portanto, encarávamos a seguinte questão: o que é preferível, uma grande população com baixa consciência política, ou uma população pequena, mas mais educada e mais nacionalista? Quanto maior a educação, maior o patriotismo – crescem juntos. Demos prioridade à questão demográfica. Dissemos que não importa o quão nacionalistas eles possam ser, o aspecto mais importante é a demografia;
 - 4) No campo da migração interna, encorajamos o assentamento de árabes e beduínos nas cidades mistas no centro do país. Propusemos que os judeus se mudassem das cidades para os vilarejos, e que os árabes fizessem o movimento contrário;
 - 5) Decidiu-se dividir as concentrações demográficas dos árabes na Galileia, no Triângulo, e no Neguev, através de assentamentos judaicos ou instituições estatais, tais como o exército, a polícia e instituições civis.
- d) Primeiramente, quanto ao grupo étnico, à tribo, e às hamulas, determinamos que a desintegração da tribo e da hamula deve se dar através da desaceleração; sem ser submetida, contudo, a representantes que não têm nenhum apoio real. Isso significa que devemos tentar preservar a hamula e a tribo – mas, se na realidade isso se mostrar insustentável, devemos adotar outros líderes. Em segundo lugar, separaríamos e daríamos preferência às comunidades dos drusos e circassianos; e, de forma limitada, à comunidade dos gregos católicos. Isso permaneceu até a Guerra dos Seis Dias de 1967.
- e) Quanto às terras, decidimos:
- 1) Encerrar os requerimentos dos ausentes. Em breve, delimitaremos um prazo para os requerimentos de compensações.
 - 2) Concluir o assentamento de terras no Norte (na Galileia) e embarcar em igual organização no Neguev.
 - 3) Evitar confisco de terras pelo máximo de tempo que for possível. Vimos que partilhas de terras gera incômodos. Portanto, fizemos o nosso melhor, nos últimos

três anos, para não expropriarmos quaisquer terras. Creio que este episódio está chegando ao fim.

- f) Quanto à tensão judaico-árabe, chegamos à conclusão de que fricções entre judeus e árabes (ou seja, ataques aos árabes feitos por judeus em espaços públicos) devem ser proibidas.
- g) Construção desordenada - concluímos que deveriam ser arquitetados planos de zoneamento para as vilas. Em locais onde [tais] planos existem, devemos iniciar a demolição das casas [que foram construídas fora dos limites do local].
- h) Quanto aos beduínos, decidimos:
 - 1) Realocá-los ao norte, de forma coletiva e organizada;
 - 2) Sedentarizá-los e mudar [seu meio de subsistência] da agricultura para o trabalho assalariado.
 - 3) Gradualmente eliminar suas cabeças de gado.²⁰

Após delinear estes princípios, Toledano apresentou três alternativas para discussão. A primeira seria buscar uma alternativa liberal nos moldes das políticas empregadas contra os palestinos nos territórios ocupados, o que incluiria uma margem maior de liberdade de expressão e a transferência de dotes islâmicos para o gerenciamento palestino.²¹ A segunda seria manter a política do momento da forma que estava, em vista de seu sucesso. A terceira seria adotar um meio-termo entre as duas opções. No fim das contas, os princípios políticos delimitados por Toledano não foram substituídos por uma política liberal. Na verdade, foram mantidas pelo governo israelense e constituíram – com algumas adições e certo refinamento tático – a política oficial direcionada aos palestinos em Israel até o ano de 1991.

Controle Institucionalizado e Vigilância

Os planos e princípios políticos mencionados anteriormente foram postos em prática através de um sistema de controle e vigilância com múltiplas camadas. Tal sistema incluía diversas instituições, com algumas delas valendo-se da força bruta, e outras utilizando formas mais sutis de poder – retomando a distinção althusseriana entre aparatos repressivos e ideológicos de Estado. O aparato repressivo de Estado mais notável provavelmente é o governo militar. Ainda que existisse antes, o governo militar foi oficialmente instituído em 3 de setembro de 1948. O chefe do governo era um

²⁰ AAC, “Stenographic Report of the Meeting,” 20 June 1968, 3–7, in LPA, Files 7/23/68.

²¹ AAC, “Stenographic Report of the Meeting,” 20 June 1968, 9.

general responsável por todos os aspectos das vidas dos palestinos, e que fazia parte de duas hierarquias: a militar e a civil. No âmbito militar, ele se dirigia ao ministro-chefe da Casa Civil. Já em questões militares, trabalhava sob o Ministro da Defesa. A área sob o comando militar foi inicialmente dividida em cinco regiões, que foram condensadas em três após 1950: o distrito norte (a Galileia), o distrito central (o Triângulo) e o distrito sul (o Neguev).²² Cada uma destas três regiões era governada por um comandante militar. A população árabe que permaneceu nas cidades de Haifa, Jafa, Lida, Ramla e al-Majdal (antes da transferência no início dos anos 1950) estava concentrada em bairros pobres e foi submetida ao domínio militar até o dia 1º de julho de 1949, quando os imigrantes judeus foram assentados nas residências árabes desertas, convertendo, portanto, algumas destas cidades – que outrora foram cidades árabes – em cidades mistas.²³

O governo militar era composto por uma força de trabalho pequena e majoritariamente inepta. Por exemplo: em 1949, era composto por cerca de mil funcionários.²⁴ Até 1958, este número diminuiu para 116 pessoas – destas, 87 foram submetidas a funções administrativas e operacionais (a exemplo de ser um contato com a população local), enquanto os demais cumpriam deveres de escolta e patrulha.²⁵ Muitos dos membros deste governo pertenciam ao excedente do exército, onde eram vistos como deslocados devido à idade, saúde ou lesão.²⁶ Além disso, muitos eram corruptos, o que transformou a pilhagem, a extorsão e a crueldade em marcas registradas deste sistema.²⁷ Esta equipe corrompida foi responsável pelo crescimento rápido da população. Em 1958, a equipe de 116 pessoas governou 180 mil palestinos e teve que empreender tarefas formidáveis.²⁸ De fato, em 14 de maio de 1950, o primeiro-ministro Ben-Gurion decretou que os ministérios deveriam lidar com árabes apenas através do governo militar.²⁹ Ziama Divon, a segunda conselheira do ministro sobre assuntos árabes, deu detalhes das seguintes tarefas atribuídas ao governo militar (além da tarefa principal de parar o retorno dos refugiados palestinos):

²² Don Peretz, “Early State Policy towards the Arab Population, 1948–1955,” in *New Perspectives on Israeli History*, ed. Laurence J. Silberstein (New York: New York University Press, 1991), 85.

²³ Sarah Ozacky-Lazar, “The Military Government as an Apparatus of Control of Arab Citizens in Israel: The First Decade, 1948–1958,” *HaMizrah haHadash* 43 (2002): 111.

²⁴ Segev, 1949, p. 48.

²⁵ AAC, “Protocol of the Meeting – The Military Government,” 14 August 1958, 9, in LPA, Files 7/32.

²⁶ Segev, 1949, 51; Shira Robinson, *Citizen Strangers: Palestinians and the Birth of Israel’s Liberal Settler State* (Stanford: Stanford University Press, 2013), 90–95.

²⁷ Ver, por exemplo, Ilan Pappé, “An Uneasy Coexistence: Arabs and Jews in the First Decade of Statehood,” in *Israel: The First Decade of Independence*, ed. S. Ilan Troen and Noah Lucas (New York: State University of New York Press, 1995), 639; Robinson, *Citizen Strangers*, 90–95.

²⁸ AAC, “Protocol of the Meeting – The Military Government,” 14 August 1958, 2.

²⁹ Eyal Kafkafi, “Segregation or Integration of the Israeli Arabs: Two Concepts in Mapai,” *Journal of Middle East Studies* 30 (1998): 354.

1. Imposição de regulamentos emergenciais: fechamento de áreas, cortes militares, detenção administrativa, imposição de toques de recolher, e restrição de movimento;
2. Recolhimento de informações atualizadas sobre a população sob a jurisdição deste governo;
3. Atribuição de passes e permissões de trabalho fora das áreas do governo militar;
4. Liberação de licenças para porte de armas;
5. Estabelecimento de conselhos locais e apontamento dos *mukhtars* (líderes das vilas);
6. Aconselhar o apontamento de professores e funcionários civis;
7. Empreender o empréstimo de terras;
8. Liberar licenças para a compra de tratores;
9. Conceder várias franquias;³⁰
10. Incentivar o estabelecimento de projetos de desenvolvimento nas vilas.³¹

Tais tarefas deram ao governo militar poderes imensos para controlarem todos os aspectos das vidas dos palestinos. A manifestação mais imediata destes poderes foi o sistema de passes e licenças. As três regiões sob o governo militar foram divididas e subdivididas em unidades menores – o que, em muitos casos, formaram os limites de uma só localidade, ou de um pequeno aglomerado de vilas. Por exemplo, até 1954, a Galileia era dividida em 46 áreas, e exigiam-se passes para transitar entre elas. Mesmo após o relaxamento das restrições, as áreas sob o regime militar foram divididas em 16 zonas. Enquanto isso, a população beduína em Neguev foi confinada à *siyaj*, cuja área consistia em menos de 10% da área total que eles habitavam anteriormente. O governo militar não existia apenas para controlar os palestinos, mas também para dar cabo de outras tarefas, tais como: confiscar terras palestinas ao declará-las como áreas militares fechadas; judaizar os espaços; regular a entrada de mão de obra palestina no mercado de trabalho; e organizar a expulsão de palestinos, caso uma oportunidade aparecesse.³²

Contudo, o governo militar era a camada externa dos aparatos coercitivos. A camada mais essencial, provavelmente, era o Shin Bet. Instituído no verão de 1950, o Shin Bet tinha como missão principal a prevenção de atividades de sabotagem e espionagem. Apesar disso, se envolveram na

³⁰ Ver: Kafkafi, “Segregation or Integration,” 357

³¹ Arab Department, “The Problem with the Military Government” (discussion paper, n.d.), 2–3, in LPA, Files 26/11

³² AAC, “Protocol of the Meeting – The Military Government,” 14 August 1958, 4–6.

ampla vigilância de diversos aspectos das vidas dos palestinos: monitoravam a população palestina em aulas, escritórios, mesquitas, espaços públicos e eventos sociais, a fim de aprender mais sobre suas atitudes políticas.³³ Estas atividades de vigilância eram conduzidas simultaneamente às demais atividades empreendidas por agências da natureza da Shin Bet, como instalações de escutas em geral e em sistemas de comunicação, e interceptação de correspondências. Além disso, o Shin Bet avaliava (e em muitos casos continua avaliando) palestinos que se candidatassem para cargos em setores estatais e públicos, tais como os de professores, diretores, inspetores, burocratas e membros de instituições relacionadas à Histadrut, assim como funcionários em instituições religiosas islâmicas. As recomendações do Shin Bet geralmente eram direcionadas ao escritório do conselheiro de assuntos árabes. Ademais, o Shin Bet aconselhava órgãos e organizações políticas sobre opções políticas disponíveis para os palestinos.³⁴

Um terceiro aparato seria a polícia. Para além do dever de manter a lei e a ordem, a polícia tinha tarefas extras a serem realizadas nas áreas habitadas por palestinos, tais como vigilância política e controle. A polícia, em especial o “departamento de tarefas especiais” (Matam), foi encarregada de monitorar os palestinos, assim como coordenar atividades com o Shin Bet e o governo militar.

Estas três organizações – o governo militar, o Shin Bet e a polícia (Matam) – junto ao gabinete do conselheiro do primeiro-ministro, coordenavam suas ações através de um comitê misto, conhecido como comitê central (HaVa’ada HaMerkazit) a nível nacional, e através de comitês distritais (Va’adot Mirchaviot) a nível local. Ao comitê central foram confiadas, dentre outras, as seguintes missões: avaliação de candidatos para os postos de professores, demissão de professores com base em inclinações políticas, e decisão sobre a liberação de licenças para condução de táxis, caminhões, e abertura de empreendimentos. Enquanto isso, os comitês dos três distritos (correspondentes às áreas sob o comando do governo militar) estavam incumbidos de vigiar as atividades diárias dos palestinos a um nível microscópico, e de elaborar recomendações ao comitê central.³⁵

Ainda que estes aparatos funcionassem através da supervisão, punição, restrição, supressão e expropriação a fim de impedir dissidências e encorajar colaboração, o objetivo da Histadrut era incorporar os palestinos às estruturas do Estado e na economia como cidadãos de segunda classe. Seu

³³ Sobre sua mais recente participação na vigilância política, ver, por exemplo, Yuval Yoaz and Jack Kourie, “Shin Bet: Citizens Subverting Israel Key Values to Be Probed,” *Ha’Aretz*, 20 May 2007.

³⁴ Uzi Benziman and Atallah Mansour, Dayare Mishneh: *‘Arviye Yisra’el: ma’amadam vehamediniyut kelapehem* [Subtenants: Israel’s Arabs, Their Status and the Policy toward Them] (Jerusalem: Keter, 1992).

³⁵ AAC, “Protocol of the Meeting – The Military Government,” 14 August 1958, 9; Cohen, *Good Arabs*, 202; Shim’on Avivi, *Tas nehoshet: ha-mediniyut ha-Yisra’elit kelape ha-‘edah haDruzit, 1948–1967* [Copper Plate: Israeli Policy toward the Druze, 1948–1967] (Jerusalem: Yad Yitzhak Ben-Zvi, 2007), 33–54.

papel foi formalizado em agosto de 1949 através de um acordo entre o representante da Histadrut e o conselheiro de assuntos árabes. Segundo isto, a Histadrut se encarregaria de: bancos, organizações de publicidade, transporte, cooperativas locais, e disponibilização de créditos, dentre outras coisas.³⁶ Também foi dito que seu papel era o de servir para fins políticos: “O desenvolvimento da economia árabe deve contribuir para a luta contra as forças na comunidade árabe que se opõem *de facto* ou *de jure* ao Estado de Israel, sua segurança, ou seu desenvolvimento.”³⁷

Enquanto a Histadrut promovia produtos agrícolas árabes em cidades e assentamentos judeus ao organizar mercados livres, a organização também recebeu apoio do governo militar para estabelecer comércios, em vilarejos árabes, que vendessem produtos israelenses, a fim de fazer com que o dinheiro que os palestinos recebessem “circulasse” de volta para a economia judia.³⁸ A Histadrut também foi a principal fornecedora de serviços vitais – disponibilizava planos de saúde e serviços de saúde através de suas clínicas nacionais da Kupt Holim, e foi responsável pelo treinamento de paramédicos. Além disso, enquanto sindicato de trabalhadores, a Histadrut providenciou proteção aos trabalhadores palestinos, após estes terem sido aceitos na federação do trabalho em 1960.³⁹ Também estabeleceu clubes esportivos em vilas palestinas, especialmente times de futebol – o esporte mais popular dentre os palestinos – dentro da rede esportiva Hapoel.⁴⁰

Concomitantemente a estas atividades, a associação buscava influenciar as consciências palestinas através de uma ampla gama de atividades culturais e educacionais. Por exemplo: em alguns locais, abriram “clubes, [o que] incluía uma biblioteca, uma sala de leitura, jogos e jornais.”⁴¹ Estes clubes também exibiam filmes, apresentavam peças e disponibilizavam palestras públicas. A partir de 1961, dispensou-se uma atenção especial às mulheres palestinas pois, conforme declarava um relatório da Histadrut: “Devido à nossa atividade nesta área, percebemos que as mulheres árabes estão suscetíveis à nossa Hasbará e estão prontas para serem incorporadas à vida da Histadrut e do Estado.”⁴² Portanto, vários cursos para as mulheres – modelados com base na educação colonial para

³⁶ M. ‘A. N. Mol and Y. Palmon, “An Outline of Meetings Carried Out between 21 and 25 August 1949,” in the Lavon Archive of the Histadrut, Tel Aviv, Israel, Document no. IV-208-1: 5815.

³⁷ Mol and Palmon, “Outline of Meetings.”

³⁸ The Histadrut’s Arab Department, “The Activities of the Economic Section of the Arab Department Acting Beside the Histadrut’s Executive, Submitted to the Subcommittee of the Knesset’s Arab Affairs Committee,” undated report, 1–2, in the Lavon Archive, Document No. IV-208-1- 5814.

³⁹ “A Review of the Histadrut’s Arab Department,” n.d., 2–3, in LPA, political committee’s files.

⁴⁰ “Review of the Histadrut’s Arab Department,” 5–6.

⁴¹ “Review of the Histadrut’s Arab Department,” 4.

⁴² “Review of the Histadrut’s Arab Department,” 6.

mulheres nativas – foram lançados, com foco em ensino de gestão do lar, atividades artesanais manuais, e hebraico.⁴³

No âmbito da Hasbará, o departamento árabe da Histadrut assumiu, em 1960, o gerenciamento do *al-Yawm*, o jornal diário árabe semi-oficial.⁴⁴ Além disso, uma gama diversa de obras foram publicadas, a exemplo de *al-Yawm for Children*, que, com recomendação do Ministério da Educação, foi vendido para escolas; e a publicação mensal *al-Hadaf* (o Alvo), que também foi lançado em 1960 e apresentava análises sociais e políticas, tomando o lugar do *Haqiqat al-Amr* (A Verdade Nua e Crua), o periódico de propaganda árabe de longa data da Histadrut e da Agência Judaica.

Havia várias outras publicações, dentre elas a *Sada al-Tarbiya* (O Eco da Educação), uma revista semi-mensal para professores, que foi distribuída para quase todos os professores árabes, membros do sindicato dos professores. A Histadrut também publicou livros em árabe (em sua maioria, traduções do hebraico), assim como calendários que enfatizavam datas e comemorações israelitas. Também tentaram influenciar o grande público palestino (não só os alfabetizados) através de filmes exibidos em vilas palestinas, seja como forma de distração ou de transmissão de mensagens subliminares. Além disso, um grupo teatral de judeus iraquianos (o grupo Ohel) tornou-se o grupo de teatro oficial da Histadrut. Eles encenavam peças escritas por dramaturgos árabes, tais como o clássico de romance *Majnun Layla*, lançado em outubro de 1956.⁴⁵

Considerando-se estas atividades, um relatório declarava que:

A Histadrut é [vista como] a principal entidade pública que manifesta a presença de Israel nas vilas árabes ao longo do ano. Quase nenhuma repartição dos ministérios governamentais ou do partido [Mapai] se faz presente nas vilas árabes. A Histadrut é a única organização que ocupa prédios e centros de atividade que mostram na prática, através de avisos, bandeiras etc., a presença de Israel nas vilas árabes, sejam elas grandes ou pequenas, e isto é importante. Eu diria que a Histadrut se tornou hegemônica nos âmbitos sociais, culturais e políticos.⁴⁶

A Histadrut também era um meio de angariar apoio árabe para o partido Mapai, então no poder, ao pressionar os indivíduos a votarem no partido, ou em seus aliados ou coligações, para a Knesset.⁴⁷ Agora que expusemos os planos de Israel para controle e supervisão dos palestinos – que, após 1952, buscavam mantê-los às margens da política, da sociedade e do mercado de trabalho – e as

⁴³ “Review of the Histadrut’s Arab Department,” 6.

⁴⁴ “Review of the Histadrut’s Arab Department,” 5.

⁴⁵ “Review of the Histadrut’s Arab Department,” 5.

⁴⁶ AAC, “Protocol of the Meeting,” 6 June 1968, 12, in LPA, Files 7/32/68.

⁴⁷ AAC, “Protocol of the Meeting,” 6 June 1968, 3–4.

instituições responsáveis por colocar tais planos em prática, vamos, portanto, comentar a respeito do impacto e da eficácia de tais planos.

Poder Estatal em Ação e Seus Sujeitos

A eficácia e o sucesso das estratégias israelenses dependiam do quanto os palestinos poderiam ser induzidos ou coagidos a se sujeitarem aos modos de operação, às racionalizações, imagens e táticas das quais estes planos consistiam. Essa subjugação, claro, é impensável em circunstâncias normais, e se torna possível apenas sob aquilo que Carl Schmitt chamou de “estado de exceção.”⁴⁸ No resto desta seção, discutirei alguns dos métodos de controle e vigilância empreendidos para implementarem tais planos. O primeiro método foi a divisão da população horizontal e verticalmente, de acordo com vários critérios, até a menor “unidade natural” possível, permitindo, portanto, que o poder estatal se embrenhasse em todo o corpo social e afetasse os grupos almejados.

O Binário Judeu-Árabe

A primeira linha de divisão é entre judeus e não-judeus (ou seja, palestinos); ou, em outras palavras, entre a população judia majoritariamente colonizadora, e os palestinos nativos. Na verdade, fronteiras racializadas estão enraizadas na ideia de se estabelecer uma pátria-mãe para os judeus europeus através da migração e do domínio político e militar em um país majoritariamente habitado por árabes indígenas. Desde o início, o Estado em si serviu como um meio de alcançar e expandir os planos nacionais (judeus). O termo “israelita” tem sido usado como sinônimo de judeu israelense. O Estado também embarcou em dois projetos paralelos: a homogeneização da população judaica e a judaização do espaço. O primeiro projeto assumiu a forma de uma promoção vigorosa de uma política do caldeirão de raças e da construção de um caráter nacional de “israelidade.”⁴⁹ O segundo projeto consistia na criação de um senso de direito exclusivo ao país através de apostilas escolares ideologicamente enviesadas e conhecimento “científico” na arqueologia, na geografia, na cartografia, na história, na sociologia e nas ciências políticas, assim como através da des-arabização e na des-significação da paisagem do país.⁵⁰ Além disso, essa noção de identificação étnico-nacional estava

⁴⁸ Carl Schmitt, *Political Theology* (Chicago: University of Chicago Press, 2005).

⁴⁹ Ver Baruch Kimmerling, *The Invention and Decline of Israeliness: State, Society, and the Military* (Berkeley: University of California Press, 2001).

⁵⁰ Ver, por exemplo: Ghazi Falah, “The 1948 Israeli-Palestinian War and Its Aftermath: The Transformation and Designification of Palestine’s Cultural Landscape,” *Annals of the Association of American Geographers* 86 (1996): 256–285; Meron Benvenisti, *Sacred Landscape: The Buried History of the Holy Land since 1948* (Berkeley: University of

ligada à segurança.⁵¹ Consequentemente, o caminho para a hierarquia etnicamente enviesada e colonização interna foi bem curto.⁵² De fato, a dicotomia judaico-palestina se traduziu em uma hierarquia de comandantes e comandados.⁵³ Yehoshua (Josh) Palmon, o primeiro conselheiro do Primeiro Ministro em assuntos árabes, falou sobre a importância do “desenvolvimento separado”.⁵⁴ Em uma estrutura de poder de *apartheid* tal como essa, os cidadãos judeus como um todo, assim como grupos específicos de judeus (como prefeitos – incluindo Abba Hushi, Yosef Katran e Mordechai Surkis – professores em escolas árabes, burocratas, funcionários do Mapai e da Histadrut, e estudantes universitários de destaque associados ao Mapai), eram vistos pelos membros políticos como agentes potenciais, ou ativos, da vigilância e do controle dos palestinos.⁵⁵

Oficialmente, a divisão judaico-palestina foi reproduzida nos documentos de identidade, onde cada cidadão era classificado em uma de duas categorias étnicas dicotômicas: Judeu ou árabe (a categoria dos drusos, complexa e adicionada em 1962, será discutida depois). Para além do objetivo de impedir movimentações entre fronteiras (ou seja, impedir a volta de refugiados) e de conectar donos de identidades palestinas aos seus locais de residência, as identidades tinham funções restritivas adicionais similares às do sistema de passaporte interno da Rússia stalinista.⁵⁶ O cartão de identidade inclui informações que podem ser utilizadas para policiamento, para determinar elegibilidade para ir e vir em certas áreas, e para disponibilizar um atalho para conectar pessoas a grupos amigáveis ou hostis. Ben-Gurion afirmou as implicações de segurança da categorização nacional dos cidadãos, declarando: “Por questões de segurança, não abolimos o registro de religião ou nacionalidade no cartão de identidade.”⁵⁷ Percebendo a importância dos cartões de identidade para a vigilância, os arabistas do governo militar aconselharam o bureau de registro da população do Ministério do Interior para que incluíssem informações sobre as hamulas – uma informação importante usada para se exercer controle – no registro populacional oficial, perto das informações comuns marcando o nome de cada

California Press, 2000), Ch. 1; Maoz Azaryahu and Arnon Golan, “(Re)naming the Landscape: The Formation of the Hebrew Map of Israel, 1949–1960,” *Journal of Historical Geography* 27, no. 2 (2001): 178–195; Nadia Abu El-Haj, *Facts on the Ground: Archaeological Practice and Territorial Self-Fashioning in Israeli Society* (Chicago: University of Chicago Press, 2002).

⁵¹ David Kretzmer, *The Legal Status of the Arabs in Israel* (Boulder, CO: Westview, 1990), 135–39.

⁵² Elias Zureik, *Palestinians in Israel: A Study in Internal Colonialism* (London: Routledge and Kegan Paul, 1979).

⁵³ Peretz, “Early State Policy,” 98.

⁵⁴ Peretz, “Early State Policy,” 100.

⁵⁵ Ver, por exemplo, AAC, “The Protocol of the Meeting – The Military Government,” 14 August 1958, 25.

⁵⁶ David Lyon, *Identifying Citizens: ID Cards as Surveillance* (Malden, MA: Polity, 2009), 26.

⁵⁷ Citado em Yair Bauml, *Tsel kahol lavan: medinyut ha-mimsad ha-Yisra’eli u-fe’ulotav be-kerev ha-ezrahim ha-‘Aravim be-Yisra’el: ha-shanim ha-me’atsvot, 1958–1968* [A Blue and White Shadow: The Israeli Establishment’s Policy and Actions among Its Arab Citizens: The Formative Years, 1958–1968] (Haifa: Pardes, 2007), 77.

cidadão palestino, data de nascimento, residência, e por aí vai.⁵⁸ Além de cartões de identidade, foram introduzidos outros meios de identificação que expusessem os palestinos. Por exemplo, eram emitidos números específicos para as placas de carros cujos donos fossem palestinos, e a polícia era instruída a seguir os movimentos destes carros e identificar seus locais de paradas.⁵⁹

Esta divisão judaico-palestina foi ainda mais nítida a nível institucional, onde se estabeleciam burocracias paralelas nas fronteiras nacionais. Os departamentos e instituições oficiais do Estado lidavam com os judeus, enquanto o governo militar e os departamentos árabes em vários ministérios, a Histadrut e o Mapai se encarregavam dos palestinos. Não só a equipe encarregada dos assuntos árabes era toda composta por judeus, como estes também estavam em todo o aparato de vigilância e controle: a Shin Bet, o gabinete do conselheiro de assuntos árabes, e o departamento árabe do Mapai.

A divisão judaico-palestina também foi expressa através de leis ou de aplicações diferentes destas, visto que a discriminação legal era, frequentemente, velada através de uma linguagem universalista. As duas leis mais nitidamente discriminatórias eram a lei do retorno (1950) e a lei da nacionalidade (1952), que considera todo judeu do mundo como um potencial cidadão de Israel.⁶⁰ Outro conjunto de leis diz respeito ao status de organizações judaicas, tais como a Organização Sionista Mundial (OSM), a Agência Judaica e o Fundo Nacional Judaico (FNJ).⁶¹ Estas organizações operaram como terceirizadas para o governo, receberam subsídios estatais e, conseqüentemente, se tornaram veículos indiretos para a discriminação. O FNJ, por exemplo, tem funcionado em Israel desde a independência do Estado, a despeito da natureza racista de alguns de seus estatutos jurídicos, que proibiam a venda, locação ou sublocação de terras à não-judeus.⁶² Além da nítida discriminação legal, muitas leis têm sido elaboradas para discriminar os palestinos, apesar de serem declaradas em linguagem universal.⁶³ A Lei de Propriedade dos Ausentes (1950), por exemplo, permitiu ao estado que tomasse as propriedades de refugiados e cidadãos palestinos que fossem denominados como “ausentes presentes”,⁶⁴ e a Lei de Aquisição de Terras (1953) dá ao Ministro das Finanças o poder de comprar – com ou sem o consentimento dos proprietários legais – terras já expropriadas pelo Estado.⁶⁵

⁵⁸ Gil Eyal, *The Disenchantment of the Orient: Expertise in Arab Affairs and the Israeli State* (Stanford: Stanford University Press, 2006), 158.

⁵⁹ Bauml, *Tsel kahol lavan*, 248.

⁶⁰ Kretzmer, *Legal Status*, 35–44.

⁶¹ Kretzmer, *Legal Status*, 61–69, 90–98.

⁶² Ver Uri Davis and Walter Lehn, *The Jewish National Fund* (New York: Kegan Paul International, 1988).

⁶³ Ver, por exemplo: Sabri Jiryis, *The Arabs in Israel* (London: Monthly Review Press, 1976); Sabri Jiryis, “Domination by Law,” *Journal of Palestine Studies* 11, no. 1 (1981): 67–92; Kretzmer, *Legal Status*.

⁶⁴ Jiryis, “Domination by Law,” 83–86

⁶⁵ Jiryis, “Domination by Law,” 90–91.

A Balcanização dos Palestinos

Já nos anos 1920, a Organização Sionista planejava dividir os palestinos e instigar – através de suborno e outros meios – conflitos entre os vários grupos religiosos e sociais da região. Por exemplo, em 1920, o “Gabinete de Inteligência” do departamento político do Executivo Sionista na Palestina traçou um plano para manipular diferenças e atizar conflitos entre os palestinos. Este plano propunha, dentre outras coisas, o pagamento de propinas ao prefeito de Nablus e a xeques beduínos no sul da Palestina, a fim de distanciá-los do movimento nacional palestino; e, de forma mais ameaçadora, a fomentação de conflitos entre cristãos e muçulmanos.⁶⁶ Depois, durante o Mandato Britânico, o bureau árabe da Agência Judaica manteve relações informais com palestinos “moderados” a fim de coletar informações e “dividir as hierarquias árabes”.⁶⁷

Este esquema teria tido impacto limitado, caso não tivesse sido empreendido corretamente através da coleta e preenchimento de dados, da exploração de novas subdivisões, e da criação de departamentos especializados com conhecimento sobre a população indígena e seus hábitos, suas linguagens, suas religiões, sua economia e suas estruturas sociopolíticas. Estes processos, de fato, tiveram um grande impacto não apenas no lado de Israel da guerra árabe-israelense de 1948, mas também no controle de Israel sobre os palestinos após aquele ano. Além disso, muitos daqueles que gerenciaram os palestinos após o estabelecimento de Israel adquiriram suas expertises antes de 1948.

O ato mais óbvio e bem-sucedido de bálcanização dos palestinos foi a constituição dos drusos como uma minoria não-muçulmana e até não-palestina. A ideia do individualismo druso foi levantada pela primeira vez em 1932, durante um encontro entre Yitzhak Ben-Zvi – um arabista e presidente do Conselho Nacional Judaico – e Abdallah Khayr, um druso esclarecido que, em vista da luta entre drusos notórios e suas famílias por liderança e prestígio, sugeriu que os drusos deveriam se organizar como um grupo religioso autônomo (*millet*) e se distinguir dos muçulmanos.⁶⁸ Isso fez com que organizações sionistas, em particular os serviços de inteligência, estabelecessem relações com vários indivíduos drusos. Tais relações se provaram úteis durante a guerra de 1948. Os colaboradores drusos tiveram um papel importante na coleta de informações e no recrutamento de homens drusos para lutarem ao lado das forças judaicas. Além disso, ajudaram a persuadir soldados do batalhão voluntário

⁶⁶ Hillel Cohen, *Army of Shadows: Palestinian Collaboration with Zionism, 1917–1948* (Berkeley: University of California Press, 2008), 17.

⁶⁷ Peretz, “Early State Policy,” 88

⁶⁸ Ver Kais Firro, *The Druzes in the Jewish State: A Brief History* (Leiden: Brill, 1999), 23–24.

dos drusos, que haviam vindo da Síria e do Líbano para lutarem ao lado dos palestinos, a mudarem de lado.

O impacto dos drusos no resultado da guerra foi consideravelmente inconsequente. Contudo, estes atos foram, como disse um arabista, “uma punhalada envenenada nas costas da unidade árabe.”⁶⁹ Isto fez com que arabistas e oficiais do Estado lidassem com os drusos através da ótica colonialista de que estes eram “nativos amigáveis”, como ocorreu com os gurkhas na Índia durante o Raj britânico, cuja natureza individualista foi encorajada a fim de ajudar no controle dos nativos hostis.⁷⁰ Contudo, para oficiais do Estado, o benefício de dividir os palestinos tinha um peso maior do que qualquer contribuição que os drusos pudessem trazer. Deste modo, o chefe do governo militar, Mishael Shechter (Shaham), declarou:

A minoria árabe⁷¹ não é uma coisa unificada [...] temos como encorajar essas diferenças. Se tivermos sucesso em fazer os árabes suspeitarem dos drusos – e não porque estes são leais a nós – isto seria muito importante.⁷²

O individualismo druso foi promovido através do recrutamento de homens drusos para o exército, a criação de instituições drusas separadas, e o fomento da elite colaboradora. Pouco depois do fim da guerra, o exército israelense estava interessado em desmobilizar os drusos que lutaram com eles, e somente a pressão feita por Ben-Gurion e Sharett tornou possível a manutenção dos serviços desses homens e o recrutamento futuro de outros homens drusos.⁷³ Em janeiro de 1956, o Estado tornou o alistamento obrigatório para os homens drusos, apesar da população drusa se opor a isso.⁷⁴ Vale ressaltar que a companhia das minorias (Batalhão 300), constituído principalmente por drusos, foi utilizado para suprimir outros palestinos ao bloquear a volta de refugiados através de operações de varredura (ou seja, a detenção e expulsão de refugiados que voltassem às suas vilas, chamados de “infiltrados” por Israel) e ao impedir o contrabando entre fronteiras. Enquanto isso, em Neguev, esta companhia do exército fez parte do expurgo das tribos dos beduínos e de outros palestinos considerados hostis ao Estado.⁷⁵ Após 1967, militares drusos foram enviados para controlar os palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

⁶⁹ Laila Parsons, *The Druze between Palestine and Israel, 1947–1949* (London: Macmillan, 2000), 104; ver também, Kais Firro, “Reshaping Druze Particularism,” *Journal of Palestine Studies* 30, no. 3 (2001): 42.

⁷⁰ Parsons, *The Druze*, 127.

⁷¹ O próprio conceito de uma “minoridade árabe” é algo ao qual eu me oponho. Em minha opinião, deveríamos dizer “os árabes em Israel.”

⁷² AAC, “Protocol of the Meeting,” 30 January 1958, 30.

⁷³ Avivi, *Copper Plate*, 78.

⁷⁴ Avivi, *Copper Plate*, 80; Cohen, *Good Arabs*, 159–160.

⁷⁵ Firro, *Druzes in the Jewish State*, 106; Cohen, *Good Arabs*, 185; Avivi, *Copper Plate*, 76.

O serviço militar tornou-se um pilar do individualismo druso de outra maneira. Muitos ex-soldados drusos (até 40%) foram empregados no setor de segurança de Israel: como carcereiros, policiais, guardas e porteiros em instituições oficiais etc. Estes trabalhos não apenas abrem todo um nicho no mercado de trabalho aos drusos, nicho este completamente inacessível aos outros palestinos, como também afetam suas consciências, visto que essas posições exigem “disciplina, identificação com as políticas oficiais, lealdade e subordinação.”⁷⁶

A nível institucional, posições e instituições religiosas separadas foram criadas para a comunidade drusa. Estas incluíam a posição de líder espiritual, o conselho religioso, uma corte especial de apelo às questões religiosas, e cortes separadas para leis do estatuto pessoal, que agiam conforme o direito material distinto daquele do Hanafismo, que havia regulado, até então, tais assuntos.⁷⁷ Em 1962, a separação formal dos drusos da comunidade muçulmana foi finalizada.⁷⁸ Uma proposta para estabelecer escolas drusas separadas havia sido feita já em 1949 e, ainda que um sistema educacional druso não tenha sido iniciado até o meio dos anos 1970,⁷⁹ vários programas educacionais foram criados para apoiar a identidade drusa.⁸⁰

Essa política de construção de uma identidade drusa separada foi fomentada pela formação de uma nova elite drusa, que serviria de intermediária entre o regime e as vilas, *hamulas* e indivíduos drusos. Esta elite foi criada de forma a garantir que fossem perpetuamente dependentes de Israel, devido à sua falta de fontes autônomas de prestígio e autoridade. A fim de manter sua influência, os membros desta elite tinham, é claro, que ser fiéis. Eles não vinham de *hamulas* ou ramificações de *hamulas* que houvessem tradicionalmente ocupado posições de liderança. E, por ocuparem todo tipo de funções mediadoras, acumularam riquezas consideráveis. Desta forma, Israel garantiu uma base frágil para esta elite, uma precariedade que foi ainda mais aprofundada com a instigação do partidatismo e das rivalidades entre seus membros.

Israel tentou - sem sucesso - replicar esta política *vis-à-vis* com os palestinos cristãos e os beduínos. Uma tentativa fracassada de alistar jovens homens cristãos de forma voluntária foi feita em 1957. Além disso, Israel buscou incrementar o status do bispo George Hakim, inglês de nascença e chefe da comunidade católica grega, através de várias iniciativas socioeconômicas e políticas de

⁷⁶ Firro, “Reshaping Druze Particularism,” 50.

⁷⁷ Avivi, *Copper Plate*, 195–96.

⁷⁸ Avivi, *Copper Plate*, 197.

⁷⁹ Firro, “Reshaping Druze Particularism,” 50.

⁸⁰ Ver, por exemplo: AAC, “Stenographic Protocol of the Meeting – Secret,” 16 May 1968, in LPA, Files 7/32/68.

alto destaque e apoiadas pelo Estado.⁸¹ Esta empreitada não foi bem sucedida, contudo, devido à incorporação dos cristãos no movimento nacional palestino, ao alto nível educacional entre a comunidade cristã, e às associações que os palestinos cristãos mantinham com instituições europeias e internacionais, que Israel não desejava antagonizar.⁸² Enquanto isso, os beduínos eram distinguidos não através de critérios religiosos – que, segundo o *millet*, tinham o direito garantido de exigir reconhecimento como uma comunidade autônoma – mas sim, de acordo com sua “cultura única” e “estilo de vida nômade.” Israel conseguiu a cooperação de vários xeques beduínos na Galileia, que persuadiram alguns de seus jovens seguidores a se juntarem ao exército de Israel, principalmente como rastreadores. Enquanto isso, em Neguev, alguns xeques e membros de suas tribos estavam comprometidos em diversas operações clandestinas israelenses. Dada a dispersão espacial dos beduínos do Negev, o Estado criou novas divisões, e as 19 tribos que existiam após 1948 foram divididas em 37 tribos no total.⁸³ Depois, um novo escalão de xeques, composto por colaboradores, foi formado. Como ocorreu com a nova elite drusa, os membros não tinham autoridade tradicional – em vez disso, acumulavam riquezas e influência através da ampla ocupação de funções mediadoras e administrativas cedidas pelo Estado.

Mais Divisões e Vigilância

Contudo, estas categorias eram amplas demais para que Israel conseguisse exercer uma vigilância constante e meticulosa sobre os palestinos e influenciar seus comportamentos. Para atingir tal fim, a categorização teria que ser refinada. Os palestinos foram, portanto, divididos em unidades ainda menores. A próxima divisão era a localização: Regiões palestinas eram categorizadas dentro de um sistema binário hostil/amigável. Depois, os residentes de cada vila eram divididos em comunidades de fé (no caso de vilas com diversidade religiosa). A seguir, houve a classificação de acordo com a *hamula*. A *hamula* foi concebida como uma unidade estratégica: grande o suficiente para permitir algum gerenciamento, mas ao mesmo tempo pequena e significativa, através da qual as atitudes e comportamentos de indivíduos poderiam ser monitorados.

⁸¹ Cohen, *Good Arabs*, 47–53; ver também, Ahmad Sa’di, *Thorough Surveillance: The Genesis of Israeli Policies of Population Management, Surveillance, and Political Control towards the Palestinian Minority* (Manchester: Manchester University Press, 2013), 73, 89, 161.

⁸² Ver Sa’di, *Through Surveillance*, 89–92.

⁸³ Ver, por exemplo: Leo Stevisky, “Letter to Amonon Linn: The Nomination of New Mukhtars among Bedouin Tribes in the Negev,” 30 January 1967, in LPA, Files 26/13/9; David Zakharia, “Letter to Werba: Changes and Additions of Polling Stations,” 29 November 1970, in LPA, Files 26/13/9.

A atenção aos dados a um nível local – registro, classificação, fichamento e arquivamento – data da década de 1930, quando o serviço de inteligência judaica começou a montagem dos “arquivos das vilas.” Criou-se um arquivo para cada vila e neles, se incluíam “detalhes precisos [...] sobre a localização topográfica de cada vila, as estradas através das quais as vilas poderiam ser acessadas, qualidade da terra, fontes de água, principais fontes de renda, composição sociopolítica, afiliações religiosas, nomes de seus *mukhtars*, suas relações com outras vilas, a idade individual de cada homem (de 16 a 50 anos), e muito mais. Uma categoria importante era um índice de ‘hostilidade’ (em relação ao sionismo).”⁸⁴ As informações adquiridas não serviriam apenas para minar o esforço de guerra direto, mas também de propagar o caos nas vilas árabes através de rumores e provocações. Segundo Ezra Danin, foram disponibilizados cursos especiais para os oficiais da inteligência nos anos 1940. Estes cursos incluíam curso de árabe, cursos sobre os costumes e a mentalidade dos “Ismaelitas”, assim como cursos sobre o beabá do Islã. Estes oficiais também eram instruídos sobre como envolver vilas palestinas em *fassad* (intrigas), a fim de enfraquecê-las em períodos de conflito com a comunidade judaica.⁸⁵

O projeto dos arquivos das vilas começou no início dos anos 1950, e em 1955 uma nova gama de arquivos de vilas havia sido organizada. A estrutura destes arquivos era a mesma dos arquivos antigos, com um acréscimo: os resultados das eleições anteriores, de acordo com cada vila. Um arquivo era montado para cada vila ou tribo, e neste, havia em anexo uma tabela composta por duas seções. A primeira incluía dados básicos para fins de vigilância e controle político. Nela, havia informações sobre a composição demográfica e religiosa dos habitantes, os nomes de líderes locais, fontes de renda, estradas de acesso, fontes de água potável, rivalidades entre *hamulas* ou grupos religiosos, a atitude da comunidade em relação ao Estado (índice de hostilidade), e os principais problemas da comunidade. A segunda seção consistia em uma desconstrução de cada comunidade religiosa em *hamulas*. Nela, havia as seguintes variáveis: o nome da *hamula*, o nome do chefe de tal *hamula*, o tamanho do grupo, os resultados dos votos dos membros da *hamula* nas eleições anteriores, e uma projeção dos resultados dos votos nas eleições subsequentes. Havia, ainda, uma coluna no final para que fossem feitas anotações propondo meios através dos quais o chefe de cada *hamula* poderia ser influenciado.

Conclusão: A Sincronização da Vigilância e do Controle Político

⁸⁴ Pappé, *Ethnic Cleansing*, 19.

⁸⁵ Ezra Danin, *Tsiyoni be-khol tenai* [Unconditional Zionist] (Jerusalem: Kidum, 1987), vol. 2, 178–79.

Palestinos que permaneceram no território que viraria Israel após 1948 compunham uma considerável minoria numérica com história, cultura, memórias, reivindicações morais e um grande senso de merecimento compartilhados coletivamente. Até 1952, líderes israelenses e arabistas esperavam que os palestinos fossem removidos do território em um futuro próximo. Contudo, desde então, vários planos para controlar e monitorar os palestinos foram elaborados. Um dos meios de se atingir estes objetivos era a divisão dos palestinos de acordo com vários princípios de organização. Isso facilitou o controle e o monitoramento deles, particularmente devido ao fato de que as várias categorias de palestinos eram hierarquizadas e seus membros recebiam tratamentos diferenciados. As identidades de alguns grupos, em especial os drusos e, até certo ponto, os beduínos, eram definidas em oposição às identidades de outros palestinos; gerando, portanto, rivalidades e desconfianças. Esta técnica de categorização também permitiu que os arabistas objetificassem os palestinos, reduzindo-os e apresentando-os em mapas, gráficos, tabelas e registros; propiciando, portanto, uma suposta “base racional” para os tipos de informações que eles reuniam, assim como para a distribuição de benefícios e repressões dentre os palestinos. Ademais, o tratamento dos palestinos não como cidadãos individuais, mas sim como sempre partes de coletividades (grandes e pequenas) chefiadas por “dignatários” designados pelo Estado obrigou os palestinos a exercerem a autodisciplina. Comportamentos dissidentes de qualquer indivíduo palestino poderiam afetar adversamente a coletividade à qual este indivíduo pertencesse. Grupos pequenos e íntimos como as famílias e a *hamula* exerciam pressão coletiva para que houvesse a submissão de membros dissidentes, separando palestinos uns dos outros em linhagens sanguíneas e afiliações sociais.

A eficiência deste sistema foi aprimorada pelo fluxo contínuo e extensivo de informações. Devido ao regime de passes, permissões e licenças que eventualmente prevaleceram, os palestinos frequentemente tinham que ter contato com vários departamentos árabes e instituições públicas e estatais, e o governo militar em si. Não apenas se coletou e compartilhou com organizações de vigilância os dados pessoais destes palestinos (vindos de, por exemplo, universidades, faculdades, escritórios de registros de carros e carteiras de motoristas), como também se perguntava, com frequência, durante esses processos burocráticos, e como única forma de superar tal burocracia, informações sobre parentes, vizinhos, colegas, alunos, dentre outros. Pior ainda: alguns dos processos eram especificamente planejados para manterem as informações fluindo. Por exemplo, um professor de árabe teve que entrar em contato com o departamento árabe em várias ocasiões ao longo de sua carreira: quando foi analisado para assumir o trabalho, quando pediu para que o trabalho fosse em tempo integral, quando pediu uma transferência de local, quando pediu por uma promoção etc. A cada um

destes estágios, é possível que solicitem que ele dê algumas informações.⁸⁶ Além disso, os dignitários em vários níveis eram considerados guardiões informais: eles escreviam recomendações em nome de seguidores “positivos” e passavam informações sobre os que fossem dissidentes. Tais medidas introduziram e mantiveram um ciclo de favores, que intensificou e multiplicou a vigilância, levando um informante (ou ato de informação) ao outro. O principal objetivo por trás de tudo isso era o de quebrar a solidariedade entre os palestinos e incorporá-los às margens da política e da economia israelense como coletividades subordinadas desprovidas de identidade, visão, vontade ou qualquer capacidade de resistência. Seguindo Michel Foucault, cuja obra inspirou este artigo, é preciso questionar qual contrapoder os palestinos empregaram para confrontar este sistema. Infelizmente, esta questão não foi abordada de forma adequada e ainda aguarda pesquisas futuras.

*Ahmad H. Sa'di é Professor Associado no Departamento de Políticas e Governo da Universidade Ben-Gurion do Neguev. Este artigo é baseado em seu livro de 2013: Through Surveillance: The Genesis of Israeli Policies of Population Management, Surveillance, and Political Control towards the Palestinian Minority (Manchester University Press).*⁸⁷

Referências

AAC. “Protocol of the Meeting,” 30 January 1958, in LPA, Files 7/32.

AAC. “Protocol of the Meeting,” 6 June 1968, 12, in LPA, Files 7/32/68.

AAC. “Protocol of the Meeting – The Military Government,” 14 August 1958, in LPA, Files 7/32.

AAC. “Stenographic Protocol of the Meeting – Secret,” 16 May 1968, in LPA, Files 7/32/68.

AAC. “Stenographic Report of the Meeting,” 20 June 1968, 3–7, in LPA, Files 7/23/68.

Abu El-Haj, Nadia. *Facts on the Ground: Archaeological Practice and Territorial Self-Fashioning in Israeli Society*, Chicago: University of Chicago Press, 2002.

Arab Affairs Committee, 30 January 1958, “Protocol of the Meeting,” 2–3, in LPA, Files 7/32.

Arab Department. “The Problem with the Military Government” (discussion paper, n.d.), 2–3, in LPA, Files 26/11.

Avivi, Shim'on. *Tas nehoshet: ha-mediniyut ha-Yisra'elit kelape ha-'edah haDruzit, 1948–1967* [Copper Plate: Israeli Policy toward the Druze, 1948–1967], Jerusalem: Yad Yitzhak Ben-Zvi, 2007.

⁸⁶ Ver Sa'di, *Thorough Surveillance*, 119–149; Cohen, *Good Arabs*, 139–150; Ismael Abu-Saad, “Palestinian Education in Israel: The Legacy of the Military Government,” *Holy Land Studies: A Multidisciplinary Journal* 5, no. 1 (2006): 21–56.

⁸⁷ Artigo original: Ahmad Sa'di. “Stifling surveillance: Israel's surveillance and control of the Palestinians during the military government area”, *Jerusalem Quarterly* 68 (2016): 36-55.

- Azaryahu, Maoz, and Arnon Golan. "(Re)naming the Landscape: The Formation of the Hebrew Map of Israel, 1949–1960," *Journal of Historical Geography* 27, no. 2 (2001): 178–195;
- Baumli, Yair. *Tsel kahol lavan: medinyut ha-mimsad ha-Yisra'eli u-fe'ulotav be-kerev ha-ezrahim ha-'Aravim be-Yisra'el: ha-shanim ha-me'atsvot, 1958–1968* [A Blue and White Shadow: The Israeli Establishment's Policy and Actions among Its Arab Citizens: The Formative Years, 1958–1968]. Haifa: Pardes, 2007.
- Benvenisti, Meron. *Sacred Landscape: The Buried History of the Holy Land since 1948*, Berkeley: University of California Press, 2000.
- Benziman, Uzi, and Atallah Mansour, Dayare Mishneh. 'Arviye Yisra'el: ma'amadam vehamedinyut kelapehem [Subtenants: Israel's Arabs, Their Status and the Policy toward Them]. Jerusalem: Keter, 1992.
- Cohen, Hillel. *Army of Shadows: Palestinian Collaboration with Zionism, 1917–1948*, Berkeley: University of California Press, 2008.
- Cohen, Hillel. *Good Arabs: The Israeli Security Agencies and the Israeli Arabs, 1948–1967*, California: University of California Press, 2010;
- Danin, Ezra. *Tsiyoni be-khol tenai* [Unconditional Zionist], Jerusalem: Kidum, 1987.
- Davis, Uri, and Walter Lehn. *The Jewish National Fund*, New York: Kegan Paul International, 1988.
- Eyal, Gil. *The Disenchantment of the Orient: Expertise in Arab Affairs and the Israeli State*, Stanford: Stanford University Press, 2006.
- Falah, Ghazi. "The 1948 Israeli-Palestinian War and Its Aftermath: The Transformation and Designification of Palestine's Cultural Landscape," *Annals of the Association of American Geographers* 86 (1996): 256–285;
- Fanon, Frantz. *The Wretched of the Earth*. New York: Penguin, 1961.
- Finkelstein, Norman, "Myths, Old and New," *Journal of Palestine Studies* 21, no. 1 (1991): 66–89.
- Firro, Kais. *The Druzes in the Jewish State: A Brief History*, Leiden: Brill, 1990; Hillel Cohen, *Army of Shadows: Palestinian Collaboration with Zionism, 1917–1948*. Berkeley: University of California Press, 2008;
- Firro, Kais. "Reshaping Druze Particularism," *Journal of Palestine Studies* 30, no. 3 (2001): 42.
- Jiryis, Sabri. *The Arabs in Israel*, London: Monthly Review Press, 1976.
- Jiryis, Sabri. "Domination by the Law." *Journal of Palestine Studies* 11, no. 1 (1981): 67–92.
- Kafkafi, Eyal. "Segregation or Integration of the Israeli Arabs: Two Concepts in Mapai," *Journal of Middle East Studies* 30 (1998): 330-56.
- Kimmerling, Baruch. *The Invention and Decline of Israeliness: State, Society, and the Military*, Berkeley: University of California Press, 2001.
- Kretzmer, David. *The Legal Status of the Arabs in Israel*, Boulder, CO: Westview, 1990.
- Lyon, David. *Identifying Citizens: ID Cards as Surveillance*, Malden, MA: Polity, 2009.
- M. 'A. N. Mol and Y. Palmon. "An Outline of Meetings Carried Out between 21 and 25 August 1949," in the Lavon Archive of the Histadrut, Tel Aviv, Israel, Document no. IV-208-1: 5815.

- Masalha, Nur, "A Critique of Benny Morris," *Journal of Palestine Studies* 21, no. 1 (1991): 90–97.
- Masalha, Nur. "An Israeli Plan to Transfer Galilee's Christians to South America: Yosef Weitz and 'Operation Yohanan,'" 1949–53, *University of Durham, Centre for Middle Eastern and Islamic Studies*, Occasional Paper No. 55, 1996.
- Morris, Benny. *The Birth of the Palestinian Refugee Problem Revisited*, Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- Ozacky-Lazar, Sarah, "The Military Government as an Apparatus of Control of Arab Citizens in Israel: The First Decade, 1948–1958," *HaMizrah haHadash* 43 (2002): 103-32.
- Pappe, Ilan. "An Uneasy Coexistence: Arabs and Jews in the First Decade of Statehood," in *Israel: The First Decade of Independence*, ed. S. Ilan Troen and Noah Lucas, New York: State University of New York Press, 1995.
- Pappe, Ilan. *Ethnic Cleansing*, 2nd ed., ONE World Publications: 2007.
- Parsons, Laila. *The Druze between Palestine and Israel, 1947–1949*, London: Palgrave Macmillan, 2000.
- Peretz, Don. "Early State Policy towards the Arab Populations, 1948–1955," in *New Perspectives on Israeli History: The Early Years of the State*, ed. Laurence J. Silberstein. New York: New York University Press, 1991.
- Robinson, Shira. *Citizen Strangers: Palestinians and the Birth of Israel's Liberal Settler State*. Stanford: Stanford University Press, 2013.
- Rosenthal, Ruvik, "Mi harag et Fatma Sarsur: ha-reka', ha-meni'im ve-hishtalshelut ha-'inyanim be-farashat tevah Kefar Kassem" [Who Killed Fatima Sarsur? The Background, Motivations, and Unfolding of the Kafr Qasim Massacre], in *Kefar Kassem: eru'im u-mitos* [Kafr Qasim: History and Myth], ed. Ruvik Rosenthal, Tel Aviv: HaKibbutz HaMe'uhad, 2000.
- Sa'di, Ahmad. *Thorough Surveillance: The Genesis of Israeli Policies of Population Management, Surveillance, and Political Control towards the Palestinian Minority*, Manchester: Manchester University Press, 2013.
- Schmitt, Carl. *Political Theology*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- Segev, Tom. *1949: the First Israelis*. New York: Owl Books, 2000.
- Stevisky, Leo. "Letter to Amonon Linn: The Nomination of New Mukhtars among Bedouin Tribes in the Negev," 30 January 1967, in LPA, Files 26/13/9;
- The Histadrut's Arab Department. "The Activities of the Economic Section of the Arab Department Acting Beside the Histadrut's Executive, Submitted to the Subcommittee of the Knesset's Arab Affairs Committee," undated report, 1–2, in the Lavon Archive, Document No. IV-208-1- 5814.
- Yoaz, Yuval, and Jack Kourie. "Shin Bet: Citizens Subverting Israel Key Values to Be Probed," *Ha'Aretz*, <https://www.haaretz.com/1.4821424> (20 May 2007).
- Yossi Melman and Daniel Raviv, "A Final Solution to the Palestinian Problem?" *Guardian Weekly*, 21 February 1988, 19;
- Zakharia, David. "Letter to Werba: Changes and Additions of Polling Stations," 29 November 1970, in LPA, Files 26/13/9.

Zureik, Elias. *Palestinians in Israel: A Study in Internal Colonialism*, London: Routledge and Kegan Paul, 1979.

“A Review of the Histadrut’s Arab Department,” n.d., 2–3, LPA, political committee’s files. 38.